



A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO PROJETO POLÍTICO E PRÁTICA SOCIAL: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IZAIAS RAFAEL DA SILVA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3647

Camilla Samira de Simoni Bolonhezi, UEM

Resumo

Este trabalho é fruto de uma pesquisa sobre a educação do campo como uma política pública educacional que teve como objetivo central compreender o processo histórico no qual a luta pelo direito e acesso à educação no e para o campo ocorreram, especificamente, no estado do Paraná, entre o início da década de 1980 até os dias atuais. Visando compreender a influência e atuação dos movimentos sociais na construção e manutenção de tais política a investigação centrou-se em compreender o tema a partir de um levantamento bibliográfico sobre a questão, análise dos documentos elaborados pela articulação paranaense e pesquisa de campo realizada na escola libertação camponesa e no Colégio Estadual do Campo Izaias Rafael da Silva, localizado no assentamento Libertação Camponesa, município de Ortigueira, na região dos campos gerais paranaense. Para dar sustentação ao nosso trabalho, recorremos aos conceitos e categorias de análise, tais como luta, cultura e resistência, pautando-nos nas concepções da nova história, nos estudos de Gramsci, Thompson e Marx, bem como na compreensão dos movimentos articulados em rede com base nas premissas de Castells. Assim sendo, à luz deste arcabouço teórico, dos documentos pesquisados e das entrevistas realizadas foi possível vislumbrar experiências e vivências sociais, bem como perceber o papel fundamental dos movimentos sociais articulados na criação e manutenção de políticas públicas educacionais.

Palavras Chave:

Educação do Campo;
Políticas Públicas;
Movimentos Sociais;
Articulação Paranaense;
Escola do Campo.

Introdução

O presente trabalho traz a luz uma temática que vem sendo discutida em diversas áreas do conhecimento: a Educação do Campo. Levando em consideração a interdisciplinaridade contida na abordagem e estruturação da temática, este estudo buscou realizar uma análise do processo de conquista e desenvolvimento da Educação do Campo como uma política educacional a partir de um estudo de caso realizado no Colégio Estadual do Campo Izaías Rafael da Silva, localizado no município de Ortigueira, nos Campos Gerais paranaenses. O foco será uma abordagem histórica do processo, na medida em que objetivou-se compreender a história de conquista dessa política a partir das vivências, reivindicações e articulação dos movimentos sociais organizados por uma educação no e para o campo.

Para compreendermos esse processo de exclusão das populações camponesas nas políticas educacionais, faz-se necessário compreender o processo de modernização da agricultura.

Segundo Priori (2012, p.115) o interesse pela industrialização e o anseio de aumentar a produção nacional resultaram na modernização da agricultura brasileira nos anos de 1960, culminando com a manutenção dos problemas no campo. O contexto era de crise cafeeira, essa, em função do excesso da oferta e da concorrência com a África e Colômbia. Além de uma queda na produção intensificadas por pragas, alterações climáticas e geadas. Sendo assim, a modernização da produção ocorreu de modo a intensificar o processo de êxodo rural iniciado com a crise.

Dentre os fatores que explicam o êxodo rural, Priori nos afirma que a modernização agrícola não foi o único fator que determinou esse processo. Houve também uma significativa diminuição da utilização da mão de obra no campo por conta da substituição do

café por plantações que estavam inclusas no sistema de rotação de culturas e também pelo elevado nível de mecanização do campo.

Em se tratando das políticas educacionais voltadas para a população camponesa essa realidade torna-se ainda mais complexa. Tais transformações levaram à construção de uma realidade social, que trouxe muitos problemas. Entre eles a necessidade de se repensar a questão do campo e da educação para o campo.

Justificativa

A problemática abordada neste estudo nos remete a um processo de luta por uma educação de qualidade para e no campo. Levando em consideração a multiplicidade de sujeitos envolvidos no projeto, foi necessário lançar um olhar para a conquista dessa política por meio de uma abordagem interdisciplinar uma vez que a maioria dos estudos acerca da temática encontram-se entre profissionais da área de educação e ciências sociais.

Ao longo do século XX e início do XXI é possível visualizar a institucionalização de políticas voltadas para a Educação em uma perspectiva de democratização do ensino. Sabe-se que, no caso brasileiro, as políticas educacionais tiveram como base o universo urbano. Nesse contexto o espaço rural esteve a margem dos processos de elaboração e execução dos projetos educacionais.

De acordo com Cecílio (2013) é a partir da LDB 9.394/96 que as discussões políticas específicas para as populações do campo, e a educação do Campo em si, ganham espaço e entram em pauta.

Nesse contexto pós redemocratização, os movimentos sociais passam a movimentar-se em prol da luta por uma educação voltada para a formação do homem do campo a partir de suas especificidades e características.

A escola pública da Educação do Campo pode se constituir como um espaço de luta contra a hegemonia política, cultural e econômica dos grupos sociais dominantes ao mesmo tempo em que possibilita a livre expressão cultural e a união dos camponeses. A escola do campo pode ser um local de formação de uma unidade entre os camponeses contra as pressões desagregadoras do latifúndio e do agronegócio que se expandem de forma avassaladora no processo em curso de globalização da economia mundial. (PRAXEDES, 2015, p.97).

Como afirma Arroyo (2012), para que esta educação se estabeleça faz-se necessário compreender que o campo não é mais o lugar do tradicionalismo da inércia, e sim um território com dinâmicas próprias, um espaço de produção de vida, trabalho, cultura, saberes e valores.

O campo é um espaço de elaboração de saberes, um espaço onde valores são estabelecidos na contramão das propostas desestruturantes de um sistema econômico e político que buscam atrelar o desenvolvimento ao espaço urbano e o atraso ao rural.

A luta por uma educação do campo corresponde a uma forma de resistência a pressão desagregadora do sistema de capital, uma vez que o agronegócio corresponde uma forma dominante de preservação de interesses das elites agrárias do país. Essa educação corresponde por um lado, a luta pela cidadania, e por outro, a luta pela autonomia camponesa frente o sistema.

Objetivos

A história, a conquista e o desenvolvimento da Educação do Campo como uma política foi o principal objeto de análise da presente pesquisa, na medida que buscamos construir o processo histórico no qual a luta pelo direito ao acesso à educação no e para o campo ocorreram.

No que se refere aos

procedimentos metodológicos utilizados para o encaminhamento da pesquisa recorreremos a pesquisa e análise bibliográfica acerca do tema, documentos escritos e coleta de entrevistas.

Peter Burke (1992), em sua obra denominada *A escrita da história: novas perspectivas*, aborda a concepção da Nova História. Essa Nova história, que teve como território de surgimento de seus primeiros escritos, a França. Nesse país, o lançamento da revista intitulada “*Annales: économies, sociétés, civilisations*”, propõe uma nova visão historiográfica na qual a história não é mais caracterizada por uma perspectiva e visão “totalizante” e “globalizada”.

Essa visão “totalizante e Globalizada” é a história que comumente conhecemos como história tradicional do século XIX. Essa história é pautada em uma percepção de ser vista de cima, da ótica daqueles cujo poder e acesso aos meios de produção de conhecimento e relatos buscaram incessantemente fundamentar e narrar os “grandes acontecimentos” que formavam a história da humanidade, sempre a partir da ação de “grandes homens”.

A Nova história, busca superar essa visão lançando os alicerces para o surgimento de uma nova perspectiva histórica que considera a subjetividade, a compreensão de que sujeitos históricos são silenciados a partir de uma escrita generalizante e dotada de visões parciais de quem detêm o monopólio dos instrumentos construtores de conhecimento.

Essa pesquisa, quando busca dar voz aos sujeitos desapropriados de seu modo de vida, de sustento, de sua cultura e valores, visa compreender o rastro no qual essa história foi construída. Uma história de luta e resistência e defesa de seus direitos.

O termo aqui utilizado, rastro, tem como foco a concepção de Paul Ricouer, sendo ele, “o rastro é, assim, um

dos instrumentos mais enigmáticos pelos quais a narrativa histórica “refigura” o tempo. Ela o refigura construindo a junção que efetua o recobrimento do existencial e do empírico na significância do rastro”. (RICOEUR, 1997, p.209).

Buscaremos reestabelecer e reconstruir a visão de uma política (Educação do Campo), como uma consequência da luta e resistência dessas populações rurais, ou oriundas do universo do campo.

Resultados

O Movimento dos trabalhadores sem terra é considerado um dos mais expressivos no Brasil. O mesmo consiste em um ator político importante nos debates acerca dos trabalhadores rurais e seus direitos como um todo.

Sobre ele Gohn (2013, p. 144) afirma:

O MST se destaca no território nacional como no plano internacional via um eficiente trabalho de mídia e marketing político de suas demandas pela Reforma Agrária, bandeiras e místicas. Destaca-se também por incluir a educação na sua agenda de trabalho e ter um modelo de educação próprio, para ser desenvolvido nas escolas em seus assentamentos e nas escolas de formação de suas lideranças.

O assentamento estudado e analisado no presente trabalho tem como nome Libertação Camponesa. Ele se situa no município de Ortigueira, na região denominada Campos Gerais nos Estado do Paraná.

A história desse território tem início na década de 1990, especificamente no ano de 1996, quando as terras que hoje pertencem às famílias assentadas

pertenciam a fazenda RR – Ricardo e Simões, Transparaná e Santa Paula. Segundo a estudante de pedagogia Nébia Regina Dutra as terras que hoje compreende o assentamento foram ocupadas por integrantes dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no ano de 1996.

Inicialmente reuniram-se cerca de 400 famílias, vindas de diversas regiões do Paraná. Segundo os moradores entrevistados, o assentamento é fruto de reforma agrária, congregando, atualmente, em torno de 748 famílias.

Como todo processo que envolve a Reforma Agrária, a história do Libertação Camponesa é uma história marcada por um conflituoso processo de negociação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o governo federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão responsável pela política agrária e fundiária rural no país.

Questionados sobre o nome do assentamento, vários moradores, funcionários e ex alunos das escolas situadas no mesmo nos explicaram que foi uma homenagem aos trabalhadores sem-terra. Segundo o entrevistado 1¹ os membros do movimento que estavam reunidos no momento da ocupação da fazenda, afirmavam “sentir-se oprimidos e à margem do desenvolvimento urbano e social em vigência no país”. A luta empenhada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se mostrou uma oportunidade de liberdade dos trabalhadores. Uma liberdade da opressão, segundo os entrevistados, que os mesmos sentiam por estar à margem do desenvolvimento urbano e capitalista vigente. Então, em uma das reuniões das lideranças escolheram esse nome: Libertação Camponesa. Essa compreensão faz-se notável, na medida

1 Para preservar a identidade e integridade de nossos entrevistados optamos por utilizar números para identificá-los.

que os discursos dos moradores da fazenda possuem uma forte influência do projeto articulado e desenvolvido pelo MST.

Atualmente, segundo os assentados, a produção de vida e trabalho no espaço do assentamento se dá por meio da produção agrícola em pequena escala, com arrendamentos de terra e criação de pequenos rebanhos, assim como o cultivo de estufas de tomate, realizadas por meio de projetos que envolvem a comunidade assentada e empresas privadas.

Segundo Alves (2000) a ocupação original do Assentamento aconteceu por meio de três fazendas denominadas Renato e Ricardo Simões, Transparaná e Santa Paula. Essas fazendas foram conquistadas por meio de conflitos entre posseiros e safristas que praticavam a agricultura de subsistência e grileiros que buscavam a aquisição dessas áreas mediante a expulsão dos agricultores que viviam na região.

Quando buscamos informações sobre o início da ocupação das fazendas podemos perceber que as mesmas são escassas e são, em sua maioria, contadas por moradores do assentamento que ressaltam que na fase inicial da formação do assentamento não houve resistência ao movimento (MST), pois o fazendeiro já estava, segundo os moradores, “perdendo as terras” e houve uma negociação com o INCRA e o MST, fazendo com que a posse da terra ocorresse de forma relativamente pacífica em comparação a outros locais.

Para analisarmos a Escola Municipal do Campo Liberdade Camponesa e o Colégio Estadual do Campo Izaias Rafael da Silva precisamos compreender que ambos, a escola e o colégio, foram reflexos de uma intensa luta de toda a comunidade pertencente ao Assentamento Liberdade Camponesa.

A conquista das escolas e o reconhecimento das autoridades públicas foram resultado de um longo processo de

luta e negociação da comunidade com as autoridades vigentes. Sobre essa modalidade de ensino, Praxedes (2015, p.11) afirma:

Esta nova modalidade educativa, em vias de consolidar-se efetivamente enquanto ampla realidade educacional brasileira, forjou-se na luta pela conquista e/ou permanência na terra encabeçada por organismos e movimentos ligados aos povos do campo, sejam eles de matiz religioso, acadêmico, social ou sindical, entre outros.

Como a implantação das escolas no assentamento aconteceram de forma gradativa, iniciando com o ensino básico e culminando com o ensino médio.

Em um primeiro momento, as salas de aula eram multisseriadas (ou seja, vários alunos em fases diferentes estudavam em um mesmo espaço físico e com apenas um professor regendo conteúdos diferentes), os professores eram voluntários e não havia apoio das autoridades.

Posteriormente, líderes do setor de educação do movimento entraram em contato com as autoridades municipais e reivindicaram uma ajuda de custo aos professores que estavam se dispondo a ensinar no assentamento.

Os entrevistados relatam que havia uma Escola em Briolândia (distrito de Ortigueira), hoje denominada Escola Estadual Dr Teotônio Vilella, na qual funcionava o Ensino Fundamental e no qual os alunos do assentamento estavam matriculados, porém, frequentavam as aulas com os voluntários do assentamento, o que criava uma situação injusta com os professores atuantes no campo.

A partir dessa negociação, os líderes da comunidade, conseguem uma ajuda de custo com o prefeito, em 1998. Segundo eles, esse valor era de aproximadamente duzentos reais por mês.

Como as condições dos professores e das salas de aula continuavam precárias, eles não desistiram de lutar por uma escola dentro do assentamento. Mas essa conquista da escola não aconteceu de forma natural. Os entrevistados afirmam que houve resistência por parte da Escola localizada na Briolândia, pois, abrindo uma escola no assentamento a mesma perderia um grande número de alunos o que implicaria em menos recursos para a mesma e consequentes perdas para a instituição.

Dessa forma, a solução encontrada foi que a Escola do assentamento se estruturasse de forma gradativa, começando com uma turma de alfabetização, depois o primeiro ano, segundo, até chegarem a quarta série. O entrevistado 1² relata que aos poucos a escola localizada no distrito em Briolândia foi cedendo as séries até que chegasse à quarta série e que as crianças pudessem completar o ensino básico dentro do assentamento. O ensino Fundamental II e Médio eram realizados no Colégio em Briolândia.

Segundo a entrevistada 2 o trajeto para Briolândia era muito desgastante para os alunos o que fazia com que muitos desistissem de concluir os anos finais do Ensino Fundamental e Médio.

Segundo o Diário Oficial do Estado do Paraná, em uma quinta-feira, 20 de março de 2003, foi publicado a resolução nº 297/03 na qual o diretor geral da secretaria de estado de educação, no uso de suas atribuições, resolveu a criar e autorizar o funcionamento da Escola Estadual Izaias Rafael da Silva ofertando o Ensino Fundamental II (5^a a 8^a série). A autorização foi concedida pelo prazo de um ano com implantação simultânea a partir do início do ano letivo de 2003.

O nome do Colégio foi escolhido através de uma discussão entre as lideranças do assentamento. Segundo a Ata de nº 04, lavrada por Misael Schauss, em uma reunião extraordinária realizada por lideranças do Assentamento na Sede da Fazenda RR, aos nove dias do mês de fevereiro de 2003, houve uma votação para a escolha do nome da escola. As opções eram Izaias Rafael da Silva, João Batista de Oliveira e Uzielton Zubem. Assim, o mais votado foi Izaias.

Para compreendermos um pouco da história e do funcionamento do Colégio entrevistamos funcionários. O entrevistado 3³ leciona há 19 anos. Graduado e com especialização em educação do campo e educação especial. Possui carga horária de 40h/a semanais.

Ele nos conta que chegou ao assentamento antes da construção do prédio atual do Colégio, e atuou no antigo “barracão” onde funcionava a Escola.

Na época que cheguei só havia o ensino fundamental, até a oitava série. Depois veio a reforma do ensino. Viemos pra cá, de série passou pro ano, o ensino fundamental e o ensino médio veio aqui para assentamento(...). O acompanhamento do assentamento eu faço desde que ele começou. Então, fiz os levantamentos para instalar o ensino fundamental dois, que são os anos finais do ensino fundamental, eu estava junto fazendo levantamento, pra levar os alunos daqui pra Briolândia na época. Pois, eles estudavam lá (...)⁴.

Em meados de 1997 para 1998 participou do levantamento realizado para saber o número de alunos que haviam

² Para preservar a identidade e integridade de nossos entrevistados optamos por utilizar números para identificá-los.

³ Para preservar a identidade e integridade de nossos entrevistados optamos por utilizar números para identificá-los.

⁴ Entrevista concedida à Camilla Bolonhezi no dia 15 de julho de 2016.

dentro do assentamento para cursarem a quinta série, que hoje equivale ao 6º ano do Ensino Fundamental II. A partir de uma análise, as séries posteriores foram implantadas gradativamente. Em 2009, quando chegou no assentamento, o prédio novo do Colégio estava em construção, porém as obras estavam paradas. O mesmo afirmou que a obra estava estagnada pois “a firma que tinha feito havia aberto concordata e parou”.

Podemos afirmar que a luta da comunidade foi fundamental para a conquista da estrutura física do Colégio. Todos os entrevistados são unânimes ao afirmarem que não houve influência de políticos e nem autoridades públicas que atuassem em favor dos assentados na luta pela Escola.

Segundo todos os entrevistados, foram realizadas várias manifestações e ocupações para que as reivindicações dos moradores fossem ouvidas. Em 2004 a comunidade compreendeu, a partir de discussões realizadas, que a Escola necessitava tornar-se uma Escola do Campo, como o termo sugere, na sua totalidade.

Dessa forma, encaminharam suas reivindicações ao NRE mais próximo, porém, como não havia uma resposta efetiva, em uma das visitas do Núcleo Regional de Ensino ao Assentamento, os camponeses paralisaram as estradas perto da escola e receberam o chefe do Núcleo com intensas manifestações,

Logo, os relatos apontam que todas as conquistas obtidas dentro do assentamento vieram da mesma forma, por meio de organizações comunitárias.

Após as reivindicações e manifestações contínuas em prol da construção do prédio para o Colégio, houve a liberação da construção, que aconteceu durante os últimos meses do governo Requião e especificamente foi assinado pelo então governador Orlando Pessuti no ano de 2010.

A inauguração do prédio novo aconteceu em 2012.

Considerações Finais

Os Movimentos Sociais são agentes transformadores e possuem um papel de fundamental importância na redemocratização do Brasil, bem como na manutenção do estado de direito.

Nesse contexto, a historiografia tem papel fundamental ao tentar elaborar e construir análises sobre o processo político, econômico e social ao qual estamos inseridos. Tendo em vista a escassez de estudos na área de história que envolva a temática Educação do Campo, encontrei uma justificativa evidente para a estruturação e elaboração de minha pesquisa, na medida em que vislumbrei a possibilidade de contribuir de maneira evidente para o resgate da postura do historiador na análise dos movimentos sociais articulados em prol da luta por uma educação de qualidade no e para o campo.

Nosso objeto de análise, a educação do campo, a história e estruturação dessa política pública educacional foi compreendida a partir de um levantamento bibliográfico sobre a questão, análise dos documentos elaborados pela articulação paranaense no estado do Paraná, e, para fundamentarmos nossa pesquisa, buscamos especificamente estruturar um trabalho de campo, e pesquisa realizada na escola libertação camponesa e no Colégio Estadual do Campo Izaias Rafael da Silva.

Ao longo da pesquisa concluiu-se que a comunidade esteve unida, desde o início da ocupação da fazenda, estruturação e legalização da mesma, construção da escola e posto de saúde. Foram anos de luta, resistência e cobranças das autoridades para conferir a obtenção das melhorias de fato.

Conclui-se, a partir dos relatos e observações realizadas no período do trabalho de campo, que as estradas do assentamento, o posto de saúde, a escola,

e todas as políticas públicas voltadas ao suprimento das necessidades da comunidade, foram conquistadas através de luta. Essa luta aconteceu de várias formas, entre elas a ocupação da prefeitura, ocupação de setores da SEED, paralisação de estradas, entre outros. Não houve iniciativa dos governantes, sempre houve a necessidade dos mesmos serem pressionados.

Dessa forma, a hipótese central desse trabalho é a de que a educação do campo é uma conquista dos movimentos sociais articulados, das classes trabalhadoras e sua manutenção e efetivação enquanto uma política pública de estado ainda vai demandar muitas lutas e esforços articulados

Referencias

- ALVES, Pérola Cristina Farias. Problemas e desafios da comunidade cozinheiro em assentamento libertação camponesa em Ortigueira no Paraná. Londrina, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Estadual de Londrina.
- ARROYO, Miguel Gonzales. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago, 2007.
- BASSANEZI, Carla; BACELLAR Carlos. (Orgs.). Fontes Históricas: Fontes documentais. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CECÍLIO, Maria Aparecida; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação, campo e cidade: território do saber. Maringá, PR: Massoni, 2006.
- DUTRA, Nebia Regini. Escola do campo e comunidade: características da participação comunitária na escola municipal do campo libertação camponesa. Maringá, 2016. Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Curso de Pedagogia Turma Especial para Educadores do Campo. Universidade Estadual de Maringá.
- FALCON, Francisco. “História e Poder”. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.61-89.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GUHUR, Dominique Michéle Perieto. Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. Maringá, 2010. 267 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES [online], v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- INCRA. Assentamentos. Disponível em: www.incra.gov.br/assentamentos. Acesso em: 24 mar. 2016.
- MARTINS, Jose Sousa. Reforma Agrária: O impossível dialoga sobre a História possível. São Paulo: USP: FFLHC, 2000.
- PRIORI, Ângelo. O Protesto do Trabalho: História das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954 – 1964. Maringá: EDUEM, 1996.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. São Paulo: Papirus, 1997. t.3.
- ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia. São Paulo: Loyola, 2015.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréia Barbosa; TAVARES, Taís Moura (Orgs.). Políticas educacionais: conceitos e debates. 3. ed. Curitiba: Appris, 2016.
- THOMPSON, Edward P. A Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.